LITERATURA INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2026–2036)

VANDERLÉIA DE SOUZA

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Anhanguera (2021); Graduanda em Letras pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, atuando no CEU EMEF Cantos do Amanhecer, e Professora de Educação Infantil no CEI Jardim Macedônia, na mesma rede.



RESUMO

Este artigo analisa as contribuições da literatura infantil para a alfabetização e a formação de leitores, relacionando essa prática às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre alfabetização, letramento e literatura infantil, bem como em documentos legais que orientam as políticas públicas educacionais brasileiras. Parte-se da compreensão de que a aprendizagem da leitura e da escrita deve ocorrer de forma articulada às práticas sociais de linguagem, ultrapassando a simples apropriação do sistema alfabético. Nesse contexto, a literatura infantil apresenta-se como importante recurso pedagógico por favorecer o desenvolvimento da imaginação, da oralidade, da ampliação do repertório linguístico e da formação de leitores críticos desde a infância. O estudo também discute o papel do professor como mediador das experiências literárias e sua contribuição para a efetivação das metas relacionadas à alfabetização, à equidade e à formação integral previstas no PNE. Conclui-se que a inserção sistemática da literatura infantil nas práticas escolares fortalece os processos de alfabetização e letramento e contribui para a construção de uma educação comprometida com o desenvolvimento pleno das crianças e com a garantia do direito à aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil; Alfabetização; Letramento; Plano Nacional de Educação; Formação de leitores.

INTRODUÇÃO

A alfabetização ocupa posição central no processo educativo por possibilitar que a criança se aproprie da linguagem escrita e participe de forma mais ativa da vida social. No entanto, as discussões desenvolvidas nas últimas décadas evidenciam que aprender a ler e a escrever envolve muito mais do que dominar o sistema alfabético. É necessário que o estudante compreenda os diferentes usos da leitura e da escrita em seu cotidiano, desenvolvendo competências que lhe permitam interpretar, comunicar-se, produzir conhecimentos e exercer sua cidadania. Nesse contexto, a literatura infantil destaca-se como uma importante ferramenta pedagógica, capaz de tornar o processo de alfabetização mais significativo e contribuir para a formação de leitores.

Em pesquisa anterior, desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O papel da literatura no processo de alfabetização (SOUZA, 2021), foi discutida a importância da literatura infantil para o desenvolvimento da alfabetização, do letramento e da formação do sujeito leitor. As reflexões realizadas evidenciaram que o contato precoce com obras literárias favorece o desenvolvimento da imaginação, da oralidade, da ampliação do repertório linguístico e do prazer pela leitura, aspectos que contribuem para uma aprendizagem mais significativa e para a formação de leitores críticos. Passados alguns anos, essas discussões permanecem atuais e adquirem novos contornos diante das políticas públicas educacionais voltadas à melhoria da qualidade da educação básica.

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036, instituído pela Lei nº 15.388/2026, reafirma a alfabetização como uma das prioridades da educação brasileira e estabelece diretrizes para a promoção da aprendizagem, da equidade e da formação integral dos estudantes. Embora o documento apresente metas e estratégias voltadas ao fortalecimento das políticas de alfabetização, sua efetivação depende da adoção de práticas pedagógicas que aproximem as crianças da cultura escrita desde os primeiros anos de escolarização. Nesse cenário, a literatura infantil pode assumir papel relevante ao proporcionar experiências de leitura que ultrapassam a decodificação das palavras e favorecem a construção de sentidos, o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e do pensamento crítico.

Diante dessa perspectiva, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a literatura infantil pode contribuir para a efetivação das metas relacionadas à alfabetização e à formação de leitores previstas no Plano Nacional de Educação 2026–2036? Parte-se do entendimento de que a formação do leitor não se limita à aquisição das habilidades de leitura e escrita, mas resulta da interação contínua entre a criança, os textos literários e a mediação realizada pelo professor em contextos de aprendizagem significativos.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições da literatura infantil para a alfabetização e a formação de leitores, estabelecendo um diálogo entre os referenciais teóricos da área e as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Educação 2026–2036. Especificamente, pretende-se discutir a alfabetização como direito educacional, compreender o papel da literatura infantil no desenvolvimento do letramento e refletir sobre sua contribuição para a implementação de políticas públicas voltadas à garantia do direito à aprendizagem.

Para alcançar esses objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em obras de autores que discutem alfabetização, letramento, literatura infantil e formação de leitores, entre eles Magda Soares, Paulo Freire, Angela Kleiman, Regina Zilberman, Lígia Cademartori, Cecília Meireles e Cecilia Bajour, além da análise do Plano Nacional de Educação 2026–2036 e de outros documentos normativos que orientam as políticas educacionais brasileiras.

A ALFABETIZAÇÃO COMO DIREITO E COMO POLÍTICA PÚBLICA

A alfabetização representa uma das etapas mais importantes da Educação Básica, pois possibilita que a criança compreenda o funcionamento do sistema de escrita e desenvolva competências necessárias para participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Entretanto, reduzir esse processo ao domínio das letras e da escrita significa desconsiderar sua dimensão social, cultural e política. Atualmente, compreende-se que alfabetizar envolve proporcionar condições para que os estudantes utilizem a leitura e a escrita de maneira significativa em diferentes contextos da vida cotidiana.

No Brasil, as discussões sobre alfabetização passaram por importantes transformações nas últimas décadas, especialmente com a ampliação dos estudos sobre letramento. Entre as pesquisadoras que contribuíram para essa mudança, Magda Soares destaca que alfabetização e letramento são processos

distintos, mas inseparáveis. Enquanto a alfabetização corresponde à aprendizagem do sistema de escrita alfabética, o letramento refere-se à inserção do indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita, permitindo-lhe utilizar esses conhecimentos de forma crítica e funcional (SOARES, 1998; 2017).

Essa compreensão rompe com a ideia de que ensinar a ler e escrever consiste apenas em decodificar palavras. A aprendizagem torna-se mais significativa quando a criança percebe que a escrita está presente em diferentes situações do cotidiano, como em histórias, bilhetes, receitas, placas, convites e livros. Dessa forma, o processo de alfabetização deixa de ser exclusivamente técnico e passa a favorecer o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e da participação social.

Essa perspectiva também está presente nas reflexões de Paulo Freire (2011), ao afirmar que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Para o autor, a alfabetização deve considerar as experiências, os conhecimentos e a realidade dos educandos, possibilitando que compreendam o contexto em que vivem e desenvolvam uma postura crítica diante dele. Assim, aprender a ler e escrever significa, também, ampliar a capacidade de interpretar a realidade e atuar sobre ela.

Nessa direção, a alfabetização configura-se como um direito educacional e um compromisso das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça a necessidade de garantir uma formação voltada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para a vida em sociedade. Esses documentos reconhecem que o acesso à leitura e à escrita constitui condição essencial para a efetivação do direito à educação.

Recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036 reafirmou a alfabetização como prioridade das políticas educacionais brasileiras ao estabelecer metas e estratégias voltadas à melhoria da aprendizagem, à redução das desigualdades e à promoção da equidade. Embora o Plano apresente objetivos amplos para a educação nacional, sua implementação depende de práticas pedagógicas que assegurem experiências significativas de leitura e escrita desde a primeira infância, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças.

Nesse cenário, alfabetizar não significa apenas ensinar o funcionamento da língua escrita, mas criar oportunidades para que os estudantes tenham contato com diferentes gêneros textuais, construam significados e desenvolvam competências leitoras ao longo de sua trajetória escolar. É nesse contexto que a literatura infantil assume papel relevante, pois aproxima a criança da cultura escrita por meio de experiências estéticas, afetivas e culturais que contribuem tanto para a alfabetização quanto para o letramento.

Assim, compreender a alfabetização como direito implica reconhecer que todas as crianças devem ter acesso não apenas ao ensino da leitura e da escrita, mas também a práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da linguagem e da formação crítica. Entre essas práticas, a literatura infantil destaca-se como um recurso capaz de aproximar os estudantes do universo da leitura desde os primeiros anos de escolarização, fortalecendo as ações propostas pelas políticas públicas educacionais.

LITERATURA INFANTIL E A FORMAÇÃO DO LEITOR

A literatura infantil ocupa lugar de destaque no desenvolvimento da criança por favorecer experiências que envolvem linguagem, imaginação, sensibilidade e construção de significados. Mais do que um instrumento de apoio à alfabetização, ela constitui uma manifestação artística capaz de ampliar a compreensão de mundo, despertar a curiosidade e promover o contato da criança com diferentes formas de

expressão. Quando inserida de maneira intencional no cotidiano escolar, a literatura contribui para que a leitura deixe de ser apenas uma atividade de aprendizagem e passe a ser compreendida como prática cultural e fonte de prazer.

Embora o primeiro contato da criança com as histórias ocorra, muitas vezes, no ambiente familiar, a escola assume papel fundamental na democratização do acesso à literatura. É nesse espaço que muitas crianças conhecem seus primeiros livros e vivenciam experiências de leitura mediadas pelo professor. Dessa forma, a instituição escolar torna-se responsável por criar situações que despertem o interesse pela leitura e favoreçam a formação de leitores desde os primeiros anos de escolarização.

Segundo Regina Zilberman (2009), a literatura na escola não deve estar limitada ao ensino de conteúdos ou à realização de atividades voltadas exclusivamente à interpretação textual. Sua principal contribuição está na formação do leitor, permitindo que a criança estabeleça uma relação significativa com a obra literária e desenvolva autonomia para construir sentidos durante a leitura. Nessa perspectiva, a literatura deixa de ser apenas um recurso didático e passa a ocupar seu lugar como expressão artística e cultural.

Essa compreensão também é defendida por Cecília Meireles (1984), ao afirmar que a literatura infantil deve ser reconhecida, antes de tudo, como literatura. A autora ressalta que a qualidade das obras oferecidas às crianças influencia diretamente sua formação leitora, sendo necessário valorizar textos que despertem sensibilidade, imaginação e apreciação estética. Assim, a escolha dos livros não deve estar pautada apenas por objetivos pedagógicos imediatos, mas também por seu valor literário e por sua capacidade de proporcionar experiências significativas de leitura.

Ao discutir a literatura infantil, Cademartori (2010) destaca que esse gênero acompanha as transformações históricas da sociedade e da própria concepção de infância. Se em seus primórdios as narrativas possuíam forte caráter moralizante, atualmente as obras destinadas às crianças apresentam maior diversidade temática e estética, abordando diferentes culturas, sentimentos, conflitos e modos de viver. Essa evolução amplia as possibilidades de identificação entre o leitor e o texto, favorecendo o desenvolvimento da imaginação, da empatia e da reflexão crítica.

Nesse processo, a mediação do professor torna-se elemento essencial. A leitura compartilhada, a contação de histórias e os momentos de conversa sobre as obras literárias permitem que as crianças expressem suas interpretações, relacionem a narrativa às próprias vivências e construam novos significados coletivamente. O professor deixa de ser apenas aquele que ensina a ler para assumir o papel de mediador entre o leitor e a literatura, criando condições para que o livro seja descoberto como objeto cultural e fonte de conhecimento.

Para Bajour (2012), a mediação da leitura deve privilegiar a escuta e o diálogo. Ao compartilhar diferentes interpretações de uma mesma história, o professor reconhece que o texto literário admite múltiplos sentidos e que cada leitor estabelece relações particulares com a obra. Essa prática contribui para o desenvolvimento da argumentação, da oralidade e do respeito às diferentes formas de compreender um texto, fortalecendo o protagonismo infantil durante as experiências de leitura.

Além de favorecer a formação do leitor, a literatura infantil também contribui para o desenvolvimento de competências linguísticas importantes para o processo de alfabetização. O contato frequente com narrativas, poemas, cantigas e outros gêneros amplia o vocabulário, estimula a organização do pensamento, desenvolve a consciência sobre a linguagem e desperta o interesse pela escrita. Como observa Maia (2007), a literatura possibilita que a criança vivencie situações imaginárias que dialogam com sua realidade, promovendo aprendizagens que extrapolam o domínio do código escrito e alcançam aspectos emocionais, sociais e culturais.

Essas contribuições tornam-se ainda mais relevantes quando se compreende que a formação do leitor é um processo contínuo, iniciado antes mesmo da alfabetização formal. Crianças que convivem com livros, escutam histórias e participam de situações de leitura desenvolvem maior familiaridade com a cultura escrita e constroem vínculos afetivos com os textos. Dessa forma, a literatura infantil favorece não apenas a aprendizagem da leitura e da escrita, mas também a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e atribuir sentidos ao mundo que os cerca.

Assim, compreender a literatura infantil como elemento constitutivo da formação humana significa reconhecer que seu papel vai além do apoio às práticas de alfabetização. Ao proporcionar experiências estéticas, culturais e afetivas, ela contribui para a formação de leitores autônomos, críticos e sensíveis, fortalecendo uma educação comprometida com o desenvolvimento integral das crianças e preparando o caminho para a discussão sobre sua contribuição para a efetivação das políticas públicas de alfabetização propostas pelo Plano Nacional de Educação 2026–2036.

LITERATURA INFANTIL E OS DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2026–2036

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036 reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a garantia do direito à educação e estabelece diretrizes para a melhoria da qualidade do ensino em todas as etapas da Educação Básica. Entre seus objetivos, destacam-se a redução das desigualdades educacionais, a promoção da equidade, o fortalecimento da aprendizagem e a valorização de práticas pedagógicas capazes de assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, embora a literatura infantil não seja apresentada como uma estratégia exclusiva para o alcance dessas metas, suas contribuições dialogam diretamente com os princípios defendidos pelo Plano.

A alfabetização permanece como um dos grandes desafios da educação brasileira. Garantir que todas as crianças tenham acesso às competências de leitura e escrita exige mais do que a adoção de métodos de ensino. É necessário promover experiências significativas de aprendizagem, nas quais os estudantes compreendam a função social da linguagem e desenvolvam vínculos permanentes com a leitura. Nesse sentido, a literatura infantil constitui uma importante aliada das políticas públicas voltadas à alfabetização, pois favorece o contato cotidiano com diferentes gêneros textuais e amplia as possibilidades de construção de sentidos.

As diretrizes do PNE também reforçam a necessidade de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes. Essa perspectiva ultrapassa a aquisição de conteúdos curriculares e considera o desenvolvimento intelectual, emocional, cultural e social das crianças. A literatura infantil contribui de forma significativa para esse processo ao possibilitar que os leitores conheçam diferentes culturas, reconheçam múltiplas formas de viver, desenvolvam a imaginação e ampliem sua capacidade de interpretar a realidade por meio das narrativas literárias.

Outro aspecto relevante presente no Plano Nacional de Educação refere-se à valorização das práticas pedagógicas fundamentadas em evidências e na formação continuada dos profissionais da educação. Nesse cenário, o professor assume papel central como mediador da leitura. Mais do que realizar a contação de histórias ou organizar momentos de leitura, cabe ao docente criar situações em que as crianças possam dialogar com os textos, compartilhar interpretações e construir significados coletivamente. Essa mediação qualificada fortalece o desenvolvimento do letramento e favorece a formação de leitores autônomos e críticos.

Ao considerar a diversidade presente nas escolas brasileiras, a literatura infantil também contribui para os princípios de equidade e inclusão previstos nas políticas educacionais atuais. Obras que valorizam diferentes culturas, identidades, modos de vida e experiências humanas ampliam as possibilidades de representação

das crianças nos textos literários e favorecem o respeito às diferenças. Dessa forma, a leitura torna-se um instrumento de formação cidadã, fortalecendo valores relacionados ao diálogo, à convivência democrática e ao reconhecimento da diversidade.

É importante destacar que a efetivação das metas estabelecidas pelo PNE depende de ações articuladas entre políticas públicas, gestão educacional e práticas desenvolvidas no cotidiano escolar. A existência de diretrizes legais, por si só, não garante mudanças na aprendizagem. Torna-se indispensável que professores tenham acesso à formação continuada, acervos literários de qualidade e condições adequadas para desenvolver projetos permanentes de leitura. A presença da literatura infantil nas escolas precisa ser compreendida como parte do currículo e da formação humana, e não apenas como atividade complementar.

Nesse contexto, a literatura infantil revela-se uma importante estratégia para fortalecer os objetivos educacionais propostos pelo Plano Nacional de Educação 2026–2036. Ao promover experiências de leitura significativas, incentivar o desenvolvimento da linguagem, ampliar o repertório cultural e favorecer a formação de leitores críticos, ela contribui para que a alfabetização seja compreendida como um processo que integra aprendizagem, cultura e participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infantil constitui um importante instrumento para o desenvolvimento da alfabetização e da formação de leitores, pois favorece experiências de leitura que ultrapassam a aprendizagem do sistema de escrita e contribuem para a construção de sentidos, da imaginação, da sensibilidade e do pensamento crítico. Ao longo deste estudo, buscou-se evidenciar que o contato sistemático com obras literárias, aliado à mediação qualificada do professor, fortalece o processo de alfabetização e amplia as oportunidades de inserção das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita.

As discussões apresentadas demonstraram que alfabetização e letramento são processos complementares e que a literatura infantil favorece a articulação entre ambos. Ao proporcionar experiências significativas com a linguagem, os textos literários estimulam o desenvolvimento do repertório linguístico, da oralidade, da criatividade e da autonomia leitora, aspectos fundamentais para a formação integral das crianças.

A análise do Plano Nacional de Educação 2026–2036 permitiu compreender que seus princípios dialogam com práticas pedagógicas voltadas à garantia do direito à aprendizagem, à redução das desigualdades educacionais e à promoção da qualidade da educação. Embora o documento não estabeleça a literatura infantil como estratégia específica para o alcance de suas metas, as experiências de leitura literária podem contribuir significativamente para a efetivação desses objetivos, sobretudo quando inseridas de forma permanente no cotidiano escolar.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao papel do professor como mediador da leitura. A formação de leitores não ocorre de maneira espontânea, mas depende da criação de ambientes leitores, da seleção criteriosa de obras literárias e da valorização de práticas que promovam a escuta, o diálogo e a livre interpretação dos textos. Nesse sentido, investir na formação continuada dos docentes e ampliar o acesso das escolas a acervos literários de qualidade constituem ações fundamentais para fortalecer as políticas públicas voltadas à alfabetização.

Por fim, conclui-se que a literatura infantil deve ser compreendida como parte integrante do processo educativo e da formação humana. Seu valor ultrapassa a função de recurso didático, consolidando-se como manifestação artística e cultural capaz de aproximar as crianças da leitura, ampliar sua participação na cultura escrita e contribuir para a formação de sujeitos críticos, criativos e socialmente participativos. Assim, reafirma-

se que promover o encontro entre a criança e a literatura significa investir não apenas na alfabetização, mas também na construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BAJOUR, Cecilia. **Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura**. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BR**ASIL.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 3 de julho de 2026**. Institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. 10. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, Vanderléia. **O papel da literatura no processo de alfabetização**. 2021. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Anhanguera, Taboão da Serra, 2021.

ZILBERMAN, Regina. O papel da literatura na escola. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 14, p. 11-22, 2009.